

Protestos opostos em torno do direito ao aborto na Argentina ao longo do tempo e as relações Governo-Igreja

Opposing protests surrounding abortion rights in Argentina over time and the Government-Church relationships

Jéssica Marcela Kaufman^a 

Resumo Este artigo analisa os aspectos principais do desenvolvimento dos protestos opostos em torno do direito ao aborto na Argentina durante o período de 2005 a 2018, considerando as oportunidades e limitações para a ação coletiva derivadas dos vínculos entre governo nacional e hierarquia eclesiástica. Utilizamos a metodologia denominada *Protest Event Analysis* para examinar o desenvolvimento das manifestações contrárias, e recorremos a fontes complementares para contextualizar nossa análise. Nossos resultados mostram que os protestos opostos tenderam a aumentar e diminuir, respectivamente, em momentos de maior ou menor tensão (ou distanciamento) entre o governo nacional e a hierarquia eclesiástica. Concluimos que, em pesquisas similares realizadas em países onde a instituição religiosa exerce influência na política, torna-se necessário considerar os vínculos entre governo e Igreja ao analisar as oportunidades e limitações para a atuação dos lados opostos, especialmente quando as disputas envolvem questões de gênero e sexualidade.

Palavras-chave Protestos opostos. Aborto. Igreja.

Abstract *This paper examines the main aspects of the development of opposing protests surrounding abortion rights in Argentina from 2005 to 2018, considering the opportunities and limitations for collective action derived from the links between the national government and the ecclesiastical hierarchy. We utilized the methodology known as Protest Event Analysis to scrutinize the development of the opposing demonstrations, and consulted complementary sources to contextualize our analysis. Our findings indicate that the opposing protests tended to increase and decrease, respectively, during periods of greater or lesser tension (or distance) between the national government and the ecclesiastical hierarchy. We conclude that in similar*

^a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: kaufjm@gmail.com

studies conducted in countries where the religious institution exerts influence on politics, it becomes necessary to consider the links between government and Church when analyzing the opportunities and limitations for the engagement of opposing sides, especially when disputes involve issues of gender and sexuality.

Keywords *Opposing protests. Abortion. Church.*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais extensa sobre o desenvolvimento dos protestos opostos em torno do direito ao aborto na Argentina ao longo do tempo, abordando o período transcorrido entre dois eventos cruciais. O primeiro consiste no lançamento da *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito* (CALSG), em 2005, enquanto o segundo no debate sobre o Projeto de Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez (PL-IVE) no Congresso Nacional, em 2018, o qual gerou uma série de mobilizações a favor e contra o direito ao aborto – ou, em termos de Tarrow (2011, p. 199), um “ciclo contencioso”. O objetivo deste trabalho consiste em analisar os aspectos principais do desenvolvimento desses protestos, considerando as oportunidades e limitações para a ação coletiva decorrentes dos sucessivos vínculos entre governo nacional e hierarquia eclesiástica. Com efeito, de acordo com a literatura (HTUN, 2003; BORLAND, 2004; BLOFIELD, 2008; HTUN; WELDON, 2018), na Argentina, igualmente a outros países da América Latina, a Igreja Católica exerce uma forte influência na política e apresenta um especial interesse nos assuntos de sexualidade e reprodução, de maneira que procuramos analisar se as relações governo-Igreja têm estado vinculadas com a trajetória das manifestações contrárias em torno do direito ao aborto.

Para examinar o desenvolvimento dos protestos opostos, empregamos a metodologia de pesquisa denominada *Protest Event Analysis* (PEA) (KOOPMANS; RUCHT, 2002; EARL et al., 2004; HUTTER, 2014), que implicou a elaboração de um banco de dados no qual, de maneira sistemática, foram codificados, a partir de fontes jornalísticas, 642 eventos de protesto. Adicionalmente, para analisar o contexto de atuação dos lados contrários – incluindo os vínculos entre governo e Igreja – recorreremos a fontes complementares de diferente natureza. Nossos resultados mostram que os protestos opostos tenderam a aumentar e diminuir, respectivamente, em momentos de maior ou menor tensão (ou distanciamento) entre o governo nacional e a hierarquia eclesiástica.

MÉTODOS

Como mencionamos, empregamos a PEA (Olzak, 1989; Koopmans, Rucht, 2002; Earl et al., 2004; Hutter, 2014) para analisar o desenvolvimento das manifes-

tações contrárias. Essa metodologia consiste na produção e análise de um catálogo de eventos de protesto por meio de, principalmente, fontes jornalísticas, e a partir da definição de um conjunto de variáveis, para identificar mudanças e persistências nos padrões de protesto ao longo do tempo. Assim, codificamos 642 eventos de protesto em torno do direito ao aborto ocorridos na Argentina durante oito anos do período compreendido entre 2005 e 2018¹, e reportados nas matérias do jornal *Clarín.com* que incluíam a palavra-chave “aborto”. Os oito anos selecionados para nossa análise foram 2005, 2006, 2009, 2011, 2012, 2014, 2017 e 2018, uma vez que correspondem, respectivamente, a dois anos de cada mandato presidencial durante esse transcurso – Néstor Kirchner (2003-2007), Cristina Fernández (2007-2011 e 2011-2015) e Mauricio Macri (2015-2019) – e, portanto, a contextos políticos que apresentaram diferentes oportunidades para os protestos opostos.

Por sua vez, a fonte jornalística mencionada foi escolhida após uma cuidadosa avaliação de três dos principais jornais da Argentina: *Clarín*, *Página 12* e *La Nación*, com base nos quatro critérios formulados na pesquisa sobre o desenvolvimento de protestos no mesmo país de Herrera-Gutiérrez (2012): abrangência da cobertura territorial, volume de circulação, viés ideológico e eficiência do buscador de notícias *online*. Apesar de que *La Nación* possuía um mecanismo de busca de notícias mais eficiente, apresentava, assim como *Página 12*, posicionamentos explícitos em relação ao direito ao aborto: enquanto o primeiro jornal se posicionava contra, o segundo o fazia a favor. Em contrapartida, *Clarín.com* apresentava um viés ideológico moderado, além de maior abrangência da cobertura territorial e maior volume de circulação. Embora esse jornal constituiu a única fonte para a elaboração do nosso banco de eventos de protesto, utilizamos outras fontes de diferente natureza para contextualizar a análise desse banco: dez entrevistas com lideranças ou ativistas de reconhecida atuação a favor e contra o direito ao aborto, autobiografias, material produzido pelas principais organizações envolvidas nos protestos, fontes secundárias e diferentes documentos aludidos nas fontes anteriores – como, por exemplo, matérias de outros jornais.

RESULTADOS

Como apontamos na seção anterior, foram codificados 642 eventos ao todo, o que representa uma média de 80 por ano. Desse total, 426 corresponderam a protestos pelo direito ao aborto, enquanto 216 aos protestos contrários. De acordo

¹ Para além do número de eventos de protesto, o banco contém dados sobre as datas de cada evento, as formas de ação coletiva principais e secundárias, as demandas e os locais, entre outras variáveis.

com a tabela 1, o maior número de eventos aconteceu, para ambos os protestos opostos, em 2018: 263 e 159 respectivamente – o que retrata, para cada caso, o 61.7% e o 73.6% dos seus protestos totais. No geral, os protestos pelo direito ao aborto foram mais frequentes do que os protestos contrários (com exceção do ano de 2006), mas ambos tenderam a aumentar e diminuir de maneira simultânea ao longo do tempo, como um “tango de mobilização e desmobilização”, em termos de Zald e Useem (1987, p. 247, tradução própria). Excepcionalmente, o desenvolvimento dos protestos opostos ocorridos durante os dois primeiros anos analisados aconteceu de maneira inversa: enquanto o número de manifestações pelo direito ao aborto diminuiu de 2005 a 2006, os contrários aumentaram. Certamente, o ano de 2005 foi bastante agitado na luta pelo direito ao aborto por dois motivos. Primeiro, o lançamento CALSG gerou sucessivas mobilizações das organizações vinculadas, que se manifestaram de diversas formas – principalmente, mediante protestos de rua. Já o segundo motivo esteve relacionado com um caso de grande repercussão midiática – em torno de uma jovem condenada a 14 anos de prisão pelo assassinato, durante um surto psicótico, da recém-nascida que teve como produto de um estupro –, o qual mobilizou as organizações da campanha, que participaram das concentrações, escrachos e fechamentos de via pública, entre outros tipos de protesto convocados a partir desse evento.

Tabela 1. Distribuição anual de protestos

| | Pelo direito ao aborto | | | Contra o direito ao aborto | | |
|-------|------------------------|---------------------|-------------------------------|----------------------------|---------------------|-------------------------------|
| | Frequência absoluta | Frequência relativa | Frequência relativa acumulada | Frequência absoluta | Frequência relativa | Frequência relativa acumulada |
| 2005 | 17 | 3.99% | 3.99% | 4 | 1.85% | 1.85% |
| 2006 | 8 | 1.88% | 5.87% | 16 | 7.41% | 9.26% |
| 2009 | 7 | 1.64% | 7.51% | 4 | 1.85% | 11.11% |
| 2011 | 36 | 8.45% | 15.96% | 11 | 5.09% | 16.20% |
| 2012 | 42 | 9.86% | 25.82% | 12 | 5.56% | 21.76% |
| 2014 | 19 | 4.46% | 30.28% | 3 | 1.39% | 23.15% |
| 2017 | 34 | 7.98% | 38.26% | 7 | 3.24% | 26.39% |
| 2018 | 263 | 61.74% | 100.00% | 159 | 73.61% | 100.00% |
| Total | 426 | 100.00% | | 216 | 100.00% | |

Fonte: elaboração própria.

Enquanto as organizações pelo direito ao aborto construíam uma nova etapa na sua luta, o setor contrário continuava realizando, em 2005, dois tipos de protesto que já havia começado a desenvolver desde o final da década anterior: as ações judiciais dirigidas a proibir o uso de anticoncepcionais de emergência (Argentina,

2002) e as atuações de mulheres autodenominadas “pró-vida” orientadas a obstruir as discussões sobre aborto nos *Encuentros Nacionales de Mujeres* (ENM)² (Alma, Lorenzo, 2009). Assim como em 2001, a obstrução dos diálogos sobre aborto no XX ENM de 2005 – realizado em Mar del Plata – consistiu na infiltração dessas mulheres nos espaços onde essas discussões eram desenvolvidas para conduzi-las ou impedi-las. No entanto, de acordo com uma ativista pelo direito ao aborto entrevistada pelo jornal que usamos como fonte do banco de dados – Marta Alanis, de *Católicas por el Derecho a Decidir* –, a obstrução foi mais intensa no XX ENM do que em anos anteriores: as mulheres conservadoras ingressaram nas salas de discussão exibindo cartazes com a frase: “não o mate, ele é seu filho”, enquanto jogavam fotos de mulheres grávidas para o ar. Por sua vez, em relação às ações judiciais, a organização autodenominada “pró-vida” *Portal de Belén*, que havia processado o Ministério da Saúde Nacional em 1998 buscando proibir a produção, distribuição e venda de um contraceptivo de emergência sob alegação de efeitos abortivos – uma alegação que foi julgada procedente pela Corte Suprema em 2002 (Argentina, 2002) – iniciou um processo semelhante em 2005 – para a proibição de outro anticoncepcional. Durante aquele ano, outras iniciativas de organizações autodenominadas “pró-vida” foram relatadas pela fonte do nosso banco de dados, mas não foram incluídas na codificação por não estarem diretamente ligadas à disputa pelo direito ao aborto. Com o lançamento de uma campanha de distribuição de preservativos e anticoncepcionais pelo Ministério da Saúde, e com o debate legislativo sobre *Educación Sexual Integral* (ESI) – Lei aprovada em 2006 –, essas atuações se orientaram, principalmente, a questionar o direito aos contraceptivos e à educação sexual nas escolas. Algumas das táticas empregadas incluíram comunicados de repúdio à campanha do Ministério da Saúde, denúncias formais contra a distribuição de preservativos e anticoncepcionais nas escolas – alegando violação da custódia dos/das filhos/as –, e manifestações em plenários durante o debate sobre a ESI.

As formas de protesto mencionadas persistiram durante o ano seguinte, impulsionadas pela continuidade da discussão em torno da ESI e o avanço no Congresso de um projeto de lei que permitiria o acesso gratuito a laqueaduras e vasectomias. Também houve algumas atuações contra o tratamento do projeto de uma comissão

2 Evento autoconvocado, heterogêneo e horizontal que se realiza anualmente na Argentina desde 1986 em diferentes cidades do país. O ENM dura três dias, nos quais são discutidos diversos assuntos relacionados às experiências das mulheres, e são realizadas atividades artísticas, encontros de confraternização e uma passeata massiva. Em 2019, as participantes do ENM decidiram substituir o nome original do evento por *Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Trans, Travestis, Intersexuales, Bisexuales y No Binaries*.

de juristas que propunha reformar o *Código Penal* e, com isso, descriminalizar o aborto nos primeiros três meses da gestação, bem como contra a adesão da Argentina ao Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher por considerá-lo “abortista”. A adesão da Argentina ao Protocolo (em 2006), as iniciativas do Ministério da Saúde vinculadas com a distribuição de contraceptivos e a aprovação da Lei de ESI contribuíram para tensionar o já conflitivo vínculo entre o governo nacional de Néstor Kirchner e a Igreja Católica. Com efeito, a tensão vinculada aos direitos reprodutivos já era evidente em 2004, a partir de iniciativas similares do Ministério da Saúde, das afirmações do ministro em defesa da descriminalização do aborto (Clarín, 2004a) e das respostas da hierarquia eclesiástica. Além disso, a indicação de Kirchner de duas juízas defensoras do direito ao aborto para conformar a Corte gerou críticas e difamação por parte de bispos, e também por organizações e ativistas contra esse direito (Clarín, 2004b; Clarín, 2004c).

Naquele contexto de tensão, os protestos contra o direito ao aborto em 2006 se caracterizaram, principalmente, pela intensificação das atuações orientadas a obstruir o acesso a abortos não puníveis por meio de um amplo repertório que incluiu ações por via judicial, denúncias formais, protestos de rua, reuniões com autoridades políticas, comunicados e, inclusive, ligações telefônicas com ameaças de bomba. Segundo duas ativistas contrárias ao direito ao aborto entrevistadas para esta pesquisa, 2005 foi, como apontou uma delas, um ano em que já “tinha muita gente a favor do aborto e tínhamos que fazer alguma coisa” (E3, tradução própria), de maneira que algumas organizações enxergaram, naquele momento, uma mudança cultural que as levaria a intensificar as atuações e a redefinir as estratégias. Efetivamente, o lançamento da CALSG e um contexto político menos hostil às suas demandas – com base nas tensões entre o governo de Kirchner e a Igreja, juntamente com o apoio de setores do Ministério da Saúde e do Judiciário a suas reivindicações –, começaram a alterar o debate público. Com efeito, segundo Brown (2008), foi somente a partir de 2004 que começou a ocorrer uma polarização progressiva da discussão entre setores que a mídia chamou, cada vez com maior frequência, de “abortistas” e “antiabortistas”. Essa mudança no debate público implicou uma influência indireta das organizações pelo direito ao aborto nas organizações contrárias: de acordo com Meyer e Staggenborg (1996), um movimento pode influenciar indiretamente o movimento oposto quando altera o entorno – do qual o debate público faz parte – em que cada lado opera.

Por sua vez, a intensificação dos protestos orientados a impedir o acesso a abortos não puníveis, em 2006, conduziu as feministas pelo aborto legal a se

concentrarem, também, em defender esse direito. De fato, em grande medida, a garantia do acesso a abortos não puníveis se tornou uma prioridade na agenda das organizações pelo direito ao aborto. Como a literatura (Fetner, 2008; Meyer, Staggenborg, 2008; Dorf, Tarrow, 2014) aponta, determinadas atuações de um movimento podem levar a mudanças nas prioridades da agenda do movimento contrário: assim, no caso analisado, as manifestações pelo direito ao aborto em 2006 incluíram a demanda pelo acesso a abortos não puníveis como prioritária. Inclusive, para além de influenciar na agenda de prioridades das organizações da CALSG, as iniciativas orientadas a obstruir o acesso a abortos não puníveis fizeram com que essas organizações tivessem que entrar na arena judicial para enfrentar as iniciativas mencionadas. Nesse sentido, a literatura sobre movimentos opostos (Staggenborg, 1991; Meyer, Staggenborg, 1996) também aponta que, ao entrar em uma arena, um movimento pode virtualmente forçar o movimento oposto a segui-lo. Ao observar as atuações pelo direito ao aborto na arena judicial durante todo o período analisado, percebemos que mais da metade dessas ações foram feitas em resposta a protestos contrários iniciados na mesma arena, o que implica que não foi apenas em 2006 que as organizações pelo direito ao aborto tiveram que entrar no âmbito judicial para responder às atuações opostas na mesma arena.

Com exceção dos anos de 2005 e 2006, observou-se uma correlação direta entre os protestos opostos ao longo do período analisado: a frequência de ambas as manifestações diminuiu em 2009, aumentou em 2011 e 2012, diminuiu em 2014 e aumentou novamente em 2017 e 2018. Notamos que, no geral, os protestos opostos em torno do direito ao aborto tenderam a aumentar e diminuir, respectivamente, em momentos de maior ou menor tensão entre governo nacional e Igreja Católica, como apontaremos ao longo desta seção. Com efeito, na Argentina, a Igreja Católica tem uma forte influência na política e, particularmente, no que diz respeito ao aborto (Htun, 2003; Borland, 2004; Blofield, 2008; Htun, Weldon, 2018), de maneira que consideramos que o tipo de vínculo entre o governo e a hierarquia eclesiástica podia apresentar oportunidades e limitações para as mobilizações opostas.

Embora os eventos de protesto de 2007 não tenham sido codificados no nosso banco de dados, interessa mencionar duas questões importantes sobre aquele ano. A primeira se refere às atuações dos lados contrários: no dia 28 maio – Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher –, a CALSG apresentou, pela primeira vez, o PL-IVE, o que envolveu uma série de mobilizações orientadas a dar visibilidade a esse projeto, enquanto continuavam as atuações contrárias em torno dos contraceptivos de emergência e do acesso ao aborto não punível. A segunda questão relevante constitui o fato de que 2007 foi um ano de eleições presidenciais e, em

reiteradas ocasiões, a candidata Cristina Fernández – do *Partido Justicialista* (PJ), na coalizão *Frente Por la Victoria* – tinha se pronunciado contra o direito ao aborto, o que possibilitou, quando eleita, uma (embora temporal) aproximação entre o governo nacional e a Igreja Católica. Com efeito, já em 2003, durante uma rodada de perguntas em um evento realizado em Paris, Fernández tinha respondido uma questão em torno da legalização do aborto da seguinte maneira:

Não sou progressista, sou peronista. [...]. As sociedades têm seus tempos e não acho que seja o da Argentina. Mal conseguimos aprovar uma lei sobre educação sexual e reprodução responsável, e custou bastante. [...]. Também, e para além disso, sou contra o aborto (Pisani, 2003, tradução própria).

Nesse sentido, a partir de dezembro de 2007, quando Fernández assumiu a presidência do país, houve uma aproximação entre o governo e a Igreja Católica com base nesses pronunciamentos. No entanto, em 2008, aconteceu uma nova situação de tensão a partir da crítica da instituição eclesiástica contra a mandatária por um conflito entre o governo e o setor agropecuário – ocasionado pelas retenções de impostos sobre as exportações de soja, trigo e milho –, que desencadeou um prolongado ciclo de mobilizações. Naquela ocasião, a Igreja Católica pediu ao governo de Fernández que mostrasse um “gesto de grandeza” e convocasse o setor agropecuário a um diálogo transparente para resolver o conflito por vias institucionais (CEA, 2008). Durante o mesmo ano, houve, também, alguns protestos opostos em torno do direito ao aborto vinculados, novamente, com o acesso à interrupção da gravidez em situações de não punibilidade e com a circulação de contraceptivos de emergência. Ademais, em 28 de maio – Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher –, a CALSG encaminhou, pela segunda vez, o PL-IVE ao Congresso, com a assinatura de 22 parlamentares de diferentes partidos.

Em 2009 – ano cujos eventos de protesto codificamos –, o governo de Fernández procurou aproximar-se, novamente, da Igreja Católica. Durante aquele ano, a mandatária viajou ao Vaticano, assistiu a eventos religiosos e, ao ser duramente criticada pela hierarquia eclesiástica por causa do aumento da pobreza – que, de acordo com a crítica, atingia, sobretudo, a crianças e adolescentes –, decretou o fornecimento de um auxílio econômico universal para menores de 18 anos – conhecido como *Asignación Universal por Hijo* – (Argentina, 2009), sugerido pela própria Igreja poucos dias antes (Irigaray, 2009). Enquanto, temporalmente, o vínculo entre Fernández e a hierarquia eclesiástica nacional se tornava menos tenso, crescia um conflito maior entre essa instituição e Mauricio Macri – do

partido *Propuesta Republicana* (PRO) – que, naquele momento, ocupava o cargo de prefeito da cidade de Buenos Aires: a tensão tinha surgido pelo fato do prefeito portenho não ter recorrido, após o pedido da Igreja, a uma decisão judicial na Capital Federal que validou o primeiro casamento entre dois homens no país. Se torna importante mencionar isso para compreender que, em 2018, quando Macri decidiu permitir a discussão sobre a legalização do aborto no Congresso, já existiam tensões entre ele e a Igreja Católica. Nesse sentido, um ativista autodenominado “pró-vida” entrevistado para esta pesquisa mencionou que “a decisão de Macri não surpreendeu ninguém porque não tinha recorrido a sentença do matrimônio homossexual em 2009 quando era prefeito de Buenos Aires” (E1, tradução própria).

Durante 2009, o maior cenário de interação entre os protestos opostos em torno do direito ao aborto foi no XXIV ENM, na conservadora cidade de Tucumán. As iniciativas orientadas a travar as discussões sobre aborto naqueles encontros já constituíam uma forma de atuação habitual dos setores contra esse direito. Ainda antes do início do XXIV ENM, ativistas autodenominados/as “pró-vida” espalharam cartazes pela via pública com mensagens contrários ao direito ao aborto e realizaram uma *Marcha por la vida*. Finalmente, quando o encontro aconteceu, ativistas conservadoras ingressaram nas salas dos grupos de trabalho sobre aborto. Uma dessas ativistas – a qual entrevistamos – descreveu sua participação naquele encontro da seguinte maneira:

Quando fiquei sabendo que viria o movimento abortista, o ENM, em Tucumán [...], estudei ao longo do ano para defender a vida humana a partir do momento da concepção nos grupos de trabalho. [...]. Tem certas coisas que não podem ser debatidas, como o direito à vida [...]. Dizem que em cada ENM tua vida muda. E mudou mesmo para mim porque percebi que tem muita gente trabalhando para instaurar o aborto na cabeça das mocinhas que não têm uma posição assumida, que tudo dá na mesma ou que acham que o lenço verde está na moda (E2, tradução própria).

As sucessivas atuações de mulheres autodenominadas “pró-vida” nos ENM contribuíram para que a polarização em torno do direito ao aborto já estivesse bastante intensificada em 2009. Com efeito, a entrevistada mencionada apontou que

em 2009, percebemos que a vida estava em perigo e muitas pessoas se envolveram na sua defesa. E depois de que o ENM saiu de Tucumán [...], surgiram

ramalhetes do movimento pró-vida: de profissionais, de jovens, de adolescentes, de pais, inclusive de *rugbiers*.” (E2, tradução própria).

Com base no avanço do ativismo autodenominado “pró-vida” durante os últimos anos – e, com isso, no aprofundamento da polarização entre o conservadorismo religioso-moral e o progressismo laico –, diferentes organizações de ateus e ateias, feministas, de direitos humanos e LGBTI+ lançaram, em março de 2009 – ainda antes do governo de Fernández tentar recompor o vínculo com a Igreja Católica –, uma campanha que promovia a apostasia coletiva: ou seja, atos massivos de renúncia ao catolicismo. Além disso, naquele ano, a CALSG convocou uma passeata em 28 de setembro – para comemorar o Dia da Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe –, em que as organizações divulgaram a *Línea Aborto*: um serviço telefônico que oferecia informações vinculadas com a interrupção da gestação.

Apesar das atuações mencionadas, os protestos opostos de 2009, como apontamos, diminuíram em relação com 2006, em consonância com o tipo de vínculo entre governo nacional e Igreja Católica – ou seja, altamente conflitivo em 2006 e mais estável em 2009. Já em 2010 – ano que não foi codificado no nosso banco de dados –, houve um novo conflito entre o governo de Fernández e a Igreja Católica pelo tratamento e aprovação da Lei de Matrimônio Igualitário (Lei 26.618) no Congresso Nacional, a que Jorge Bergoglio – naquele momento, arcebispo de Buenos Aires – qualificou como “a pretensão destrutiva do plano de Deus” (La Nación, 2010, tradução própria). De acordo com a maioria dos e das ativistas contra o direito ao aborto entrevistados/as para esta pesquisa, aquele ano foi importante em termos de organização do movimento autodenominado “pró-vida”, tanto em um nível subnacional, quanto federal. Com efeito, durante os protestos contra a legalização do matrimônio igualitário, vários/as manifestantes estabeleceram contato e, entre algumas organizações, criaram a *Red Federal de Familias* (RFF), que aquele mesmo ano apresentou no Congresso um projeto de lei que promovia um auxílio econômico para mulheres grávidas de baixa renda e estabelecia o direito à vida a partir do momento da concepção. Ao mesmo tempo, a CALGS encaminhou ao Congresso, pela terceira vez, o PL-IVE, com 39 assinaturas de parlamentares de diferentes partidos. De acordo com várias pessoas entrevistadas – a favor e contra do direito ao aborto –, a legalização do matrimônio igualitário gerou a percepção de que a interrupção voluntária da gravidez estava se aproximando da legalização, de maneira que 2010 constituiu um ano de forte e prolongada polarização. Inclusive, segundo a maioria dos e das ativistas contra o direito ao aborto entrevistados/as, o sucesso da coalizão LGBTI+ na aprovação

da Lei mencionada foi interpretado pelo movimento autodenominado “pró-vida” como um sucesso do movimento pela legalização do aborto. Como uma entrevistada apontou: “as que estavam na passeata do movimento abortista [em referência ao ENM] eram as mesmas pessoas que estiveram na manifestação pela Lei de Matrimônio Igualitário [...]. É o mesmo movimento” (E2, tradução própria). De acordo com a literatura (Meyer, Staggenborg, 1996; Banasza, Ondercin, 2016), o sucesso relativo de um movimento gera uma oportunidade para a mobilização do movimento oposto: no caso analisado, ao ser percebido o movimento pelo aborto legal e a coalizão LGBTI+ como um único e mesmo movimento, a aprovação da Lei de Matrimônio Igualitário foi enxergada como um sucesso do primeiro movimento e, nesse sentido, as atuações contra o direito ao aborto se intensificaram.

Em função da intensa e prolongada polarização mencionada, em 2011 – ano cujos eventos codificamos –, os protestos contrários aumentaram em relação a 2009 e envolveram vários cenários de confronto. Um deles surgiu a partir de um caso de judicialização do aborto em situação de não punibilidade iniciado em 2010 na província de Chubut. Diferentemente de casos anteriores, o processo judicial tinha chegado à Corte Suprema de Justiça, que contava com a oportunidade histórica de esclarecer os pontos imprecisos do artigo 86 do *Código Penal* – sobre aborto não punível – e fornecer uma resposta institucional à disputa em torno disso. Naquele cenário, os protestos dos setores a favor e contra o direito ao aborto não punível envolveram, principalmente, apresentações coletivas – e outras individuais por parte de especialistas – durante o litígio, em caráter de *Amicus curiae*, de maneira que, novamente, ambos os lados contrários atuaram por meio das mesmas táticas na arena judicial. Com efeito, dado que o repertório de confronto com o que contam os atores e atrizes envolvidos/as em uma estrutura contenciosa é limitado – excetuando certas inovações que podem introduzir (Tilly, 2008) –, as possibilidades nas formas de atuação se reduzem notavelmente quando os protestos acontecem em arenas institucionais e, nesse sentido, é mais provável que os lados opostos devam recorrer às mesmas táticas (Meyer, Staggenborg, 2008).

Outro cenário de protestos opostos em 2011 aconteceu durante uma audiência pública em torno do direito ao aborto na Câmara dos Deputados, que envolveu concentrações de ativistas a favor e contra a legalização da interrupção voluntária da gravidez, dentro e fora do Congresso Nacional. Já naquela ocasião, a polarização tinha se intensificado a ponto de que manifestantes contra o direito ao aborto empregaram a violência física como forma de protesto: com efeito, durante a audiência, agrediram fisicamente uma deputada que tinha se pronunciado a favor. Um terceiro e importante cenário de protestos opostos em 2011 incluiu concentrações

contrárias na frente do Congresso, quando vários projetos de lei que contemplavam a descriminalização e legalização do aborto começaram a ser discutidos na Comissão de Legislação Criminal da Câmara dos Deputados. De fato, era a primeira vez que a interrupção voluntária da gravidez era tratada no Congresso, mas a iniciativa não prosperou, principalmente, porque não contava com o apoio da presidenta (Tabbush et al., 2016). Um quarto cenário de protestos opostos em 2011 envolveu novos casos de obstrução do acesso ao aborto não punível no interior do país, mas a novidade, em uma daquelas ocasiões, consistiu no rápido oferecimento, por parte da recentemente criada RFF, de auxílio econômico e psicológico à família da adolescente grávida para que não interrompesse a gestação. Apesar de não termos codificado, no banco de dados, o fornecimento de certos serviços assistenciais por parte das organizações, interessa mencionar que, como observamos nas fontes analisadas, se tornaram cada vez mais frequentes em ambos os lados contrários: ou seja, ao longo do tempo, aumentaram os oferecimentos de assistência tanto para acessar ao aborto – punível e não punível –, quanto para continuar a gravidez. Um quinto cenário de protestos opostos em 2011, embora com menor repercussão, surgiu a partir de uma campanha contra o direito ao aborto lançada por uma modelo no Twitter, o que gerou respostas de ativistas a favor e contra esse direito. Por fim, um sexto cenário de protestos opostos naquele ano envolveu ações de *hacking* do site da CALSG e comunicados em repúdio.

Em 2012 – ano cujos eventos codificamos – os protestos opostos aumentaram em relação a 2011. Enquanto a tensão entre o governo nacional – segundo mandato de Fernández – e a Igreja Católica ainda continuava, uma nova situação conflitiva entre ambos – embora, notavelmente, de menor intensidade – aconteceu em função do tratamento e aprovação da Lei de Identidade de Gênero (Lei 26.743). Durante aquele ano, as organizações pelo direito ao aborto também obtiveram uma vitória a partir da decisão judicial referente ao processo que aludimos: a Corte esclareceu os aspectos legais imprecisos em torno do aborto não punível e exortou às autoridades nacionais, provinciais e da cidade de Buenos Aires a operacionalizar protocolos para o atendimento de abortos em casos de não punibilidade, com o intuito de evitar as frequentes obstruções para o acesso. No entanto, essas obstruções continuaram acontecendo ao longo do tempo: inclusive, às ações judiciais orientadas a impedir o acesso à interrupção da gestação em casos individuais de não punibilidade se somaram as ações judiciais orientadas, também, a impedir a implementação dos protocolos mencionados. 2012 também foi o ano em que a CALSG apresentou, pela quarta vez, o PL-IVE – assinado por 59 parlamentares – em conjunto com a realização de alguns protestos de rua e comunicacionais para que se retomasse o

debate legislativo iniciado em 2011, o que, por sua vez, foi respondido com protestos de rua e comunicacionais do lado contrário.

Apesar da quantidade de assinaturas do PL-IVE aumentar em cada apresentação, a maioria dos e das parlamentares assinantes não realizava *lobby* interno para que o Projeto fosse discutido, enquanto o pequeno grupo de congressistas comprometidos/as não contava com poder real no Congresso para incorporar a discussão em torno da legalização do aborto na agenda parlamentar (Anderson, 2020). Em 2013 – ano cujos eventos não codificamos –, as probabilidades de que se tratasse o Projeto no Congresso se reduziram ainda mais quando o Cardeal Bergoglio foi nomeado Sumo Pontífice da Igreja Católica: a partir daquele momento, a presidenta Fernández procurou uma aproximação com o Vaticano. Em 2014 – ano cujos eventos codificamos –, o vínculo entre governo nacional e Igreja Católica se tornou ainda mais próximo a partir da reforma do *Código Civil e Comercial da Nação* que, entre outras concessões às demandas da hierarquia eclesiástica, estabeleceu o reconhecimento da pessoa humana a partir do momento da concepção. Naquele contexto de reconciliação entre a Igreja Católica e o governo nacional, observamos que os protestos contrários de 2014 diminuíram em relação a 2012. Durante aquele ano, a CALSG apresentou, pela quinta vez, o Projeto – assinado por 67 parlamentares – e conseguiu, novamente, que se debatesse na Comissão de Legislação Criminal da Câmara dos Deputados, após realizar uma manifestação em plenário com o intuito de colocar o debate pela legalização do aborto na agenda parlamentar. No entanto, a iniciativa não prosperou. No contexto da discussão na comissão mencionada, houve um novo cenário de confronto entre os lados contrários: ativistas a favor e contra se manifestaram na frente do Congresso e, adicionalmente, houve protestos comunicacionais dos lados opostos. Também devemos mencionar que a disputa em torno dos abortos não puníveis não tinha desaparecido naquele ano: embora não tenhamos codificado eventos de obstrução do acesso à interrupção da gestação em casos de não punibilidade durante 2014 – por não ter sido ações coletivas, mas individuais –, codificamos as denúncias, declarações, protestos de rua e outros tipos de manifestações, realizadas por organizações da CALSG, contra as intervenções orientadas a obstruir aquele acesso.

O ano de 2015 – cujos eventos não codificamos – constituiu o último do segundo mandato de Fernández e, em dezembro, Macri – do PRO, na coalizão *Cambiamos* – assumiu a presidência do país. Como já mencionamos, o vínculo entre Macri e a Igreja Católica tinha se tornado tenso em 2009, quando ocupava o cargo de prefeito. Para além disso, existia um distanciamento pessoal entre Macri e Bergoglio devido às críticas do prelado ao neoliberalismo – promovido nos

governos macristas – e a sua afinidade ideológica com o PJ. Ademais, durante 2015, o assessor político da campanha de Macri, Jaime Durán Barba, declarou que “o que um Papa diga não muda o voto nem de dez pessoas, mesmo que seja argentino ou sueco” (Clarín, 2015, tradução própria), acrescentando que *Cambiamos* era a favor da liberdade e, portanto, da legalização do aborto. Diante dessa declaração, Macri se pronunciou contra o direito ao aborto e apontou que as afirmações do assessor eram pessoais e que não representavam seu posicionamento nem o da coalizão. No entanto, o vínculo entre Macri e a Igreja Católica continuou sendo de distanciamento, apesar de algumas iniciativas de aproximação por parte do mandatário. Naquele contexto, os protestos contrários tenderam a aumentar, como observamos no ano de 2017 em relação a 2014. Embora não tenhamos codificado o ano de 2016, vale mencionar que, naquele ano, a CALSG apresentou, pela sexta vez, o PL-IVE – assinado por 44 parlamentares – no Congresso Nacional. Adicionalmente, em 2016, houve duas mudanças significativas em relação a anos anteriores: a articulação da CALSG com o movimento *Ni Una Menos* – criado, na Argentina, em 2015 –, e a ocorrência de uma série de mobilizações em torno de dois casos de mulheres condenadas por aborto espontâneo em cidades do interior do país.

Em 2017, houve vários cenários de protestos opostos: por exemplo, um deles implicou em, novamente, situações de obstrução para o acesso a abortos não puníveis em cidades do interior do país, incluindo ações por via judicial, protestos de rua e comunicacionais, entre outros. Um segundo cenário, vinculado com o anterior, envolveu uma denúncia contra uma psicóloga ligada a uma organização autodenominada “pró-vida” por ter induzido uma menina de 11 anos a continuar a gestação, após a interrupção ter sido autorizada. Em resposta à denúncia, que resultou na punição da profissional, a organização recorreu na justiça para revogar a decisão anterior. Um terceiro cenário envolveu uma performance durante a passeata do 8 de março – em comemoração do Dia Internacional da Mulher – na cidade de Tucumán: ativistas da organização *Socorro Rosa* realizaram uma encenação da Virgem Maria abortando, na frente da Catedral. Em resposta, organizações contra o direito ao aborto realizaram manifestações de repúdio, mediante escrachos às ativistas, denúncias e um protesto de rua. Por sua vez, organizações pelo direito ao aborto responderam, por meio de declarações, criticando o escracho contra as ativistas. Outro cenário de confronto em 2017 envolveu a incorporação, após a solicitação da organização *Red Profesionales de la Salud por el derecho a Decidir*, de uma disciplina sobre aborto como assunto de saúde pública ao programa do curso de graduação em medicina, na Universidade Nacional de Rosario. Em oposição ao anúncio da inclusão dessa disciplina, organizações e ativistas autodenominados/as

“pró-vida” encaminharam *e-mails*, de maneira massiva, à instituição na tentativa de evitar que as aulas fossem ministradas, porém, essa investida não obteve sucesso.

Já em 19 de fevereiro de 2018, a CALSG realizou um protesto massivo – um *pañuelazo* – em frente ao Congresso Argentino e, poucos dias depois, Macri decidiu permitir a discussão legislativa sobre o PL-IVE, o que gerou um ciclo contencioso entre os lados contrários. De acordo com Tarrow (2011), embora não todos os ciclos contenciosos possuam as mesmas características, existem alguns aspectos gerais que permitem identificá-los, tais como: a intensificação do confronto, a rápida difusão da ação coletiva, a expansão do repertório de confronto e dos enquadramentos, a criação de novas organizações e radicalização das antigas, e a intensificação da interação entre desafiantes e autoridades. No gráfico 1, podemos observar a intensificação gradual do confronto entre ambos os lados opostos a partir de fevereiro – mês em que Macri permitiu o debate legislativo –, cujo momento de pico esteve compreendido entre junho e agosto, os meses do debate na Câmara dos Deputados e no Senado, respectivamente. Como observamos durante a codificação, no início, a Igreja Católica assumiu um papel moderado diante do pronunciamento do presidente sobre que permitiria a discussão legislativa. Com efeito, em um comunicado, o Episcopado expressou: “as batinas não devem ser exibidas neste debate. Que os laicos atuem. As batinas irritam o público independente” (Zuleta, 2018, tradução própria). Nesse sentido, em um primeiro momento, os protestos contra a legalização do aborto foram convocados, majoritariamente, por organizações autodenominadas “pró-vida”, com o apoio da Igreja, mas sem sua interferência. Durante essa etapa inicial, ativistas lançaram a campanha contra a legalização do aborto, *Salvemos las dos vidas*, e criaram seu símbolo de luta, em oposição ao lenço verde da CALSG: o lenço azul-celeste.

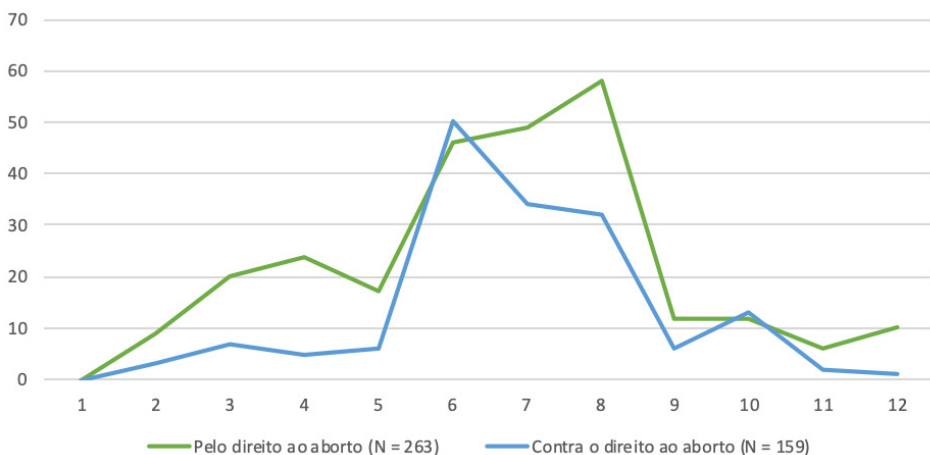


Gráfico 1. Distribuição comparada de protestos por mês durante 2018. Fonte: elaboração própria.

Em um segundo momento, após a aprovação do Projeto de Lei pela Câmara dos Deputados em 14 de junho – com 129 votos a favor, 125 contra e 1 abstenção –, a hierarquia eclesiástica adotou um papel mais ativo. Assim, no gráfico 1, podemos observar que o pico dos protestos contra a legalização do aborto foi em junho: após a decisão dessa casa legislativa, os protestos começaram a diminuir em frequência, ao mesmo tempo que a atuação da Igreja Católica aumentou – mediante comunicados, *lobby* e outras ações. Apesar de que os protestos das organizações e ativistas autodenominados/as “pró-vida” diminuíram em frequência após a aprovação do Projeto pela Câmara dos Deputados, aumentaram em intensidade: com efeito, envolveram numerosos atos de violência física e ameaças de morte, enquanto os protestos de rua contaram com um maior número de participantes. Embora tenhamos excluído o número de manifestantes dos eventos de protesto (devido ao alto grau de dados faltantes), observamos que, nas principais manifestações de rua, o número de participantes tendeu a aumentar. Com efeito, em 4 de agosto, em um protesto de rua contra a legalização do aborto na cidade de Buenos Aires, houve 350.000 pessoas, enquanto as manifestações anteriores ao debate legislativo na Câmara dos Deputados que foram codificadas contaram com, no máximo, 50.000 pessoas. Por sua vez, a concentração de manifestantes contra a legalização do aborto durante o debate no Senado duplicou em número de pessoas à que foi realizada durante as discussões na Câmara dos Deputados.

Já no caso dos protestos a favor da legalização do aborto, observamos, de acordo com o gráfico 1, que o pico foi em agosto, durante e após o debate legislativo no Senado, que rejeitou o Projeto de Lei – apresentado pela sétima vez e assinado por 72 parlamentares – com 38 votos contra, 31 a favor e duas abstenções. Embora o debate tenha sido em 8 de agosto, os protestos pelo aborto legal continuaram ao longo do mês, principalmente por meio de protestos extrainstitucionais e comunicacionais, que visavam expressar o repúdio à decisão do Senado e a continuidade da luta. Nesse sentido, em ocasiões, os protestos foram acompanhados pelo hashtag *#SeráLey*, em alusão a que a luta continuaria até que o PL-IVE fosse aprovado. Adicionalmente, as convocatórias para realizar apostasias coletivas se tornaram mais frequentes, com base na ativa atuação da Igreja Católica para impedir a aprovação do Projeto no Senado. Com tudo, a etapa de desmobilização do ciclo contencioso aconteceu em setembro e, durante o resto do ano, houve alguns protestos contrários vinculados, sobretudo, à implementação da ESI nas escolas e, novamente, à disputa em torno do direito ao aborto não punível.

CONCLUSÕES

De acordo com Htun (2003), na América Latina, a abertura de oportunidades para a aprovação de políticas favoráveis aos direitos reprodutivos, divórcio e outras pautas contrárias à agenda do Vaticano tende a acontecer em contextos de tensão entre a Igreja Católica e o governo em exercício. No nosso estudo observamos que, para além da aprovação de políticas, as mobilizações opostas tenderam a aumentar em momentos de tensão ou distanciamento entre o governo nacional e a hierarquia eclesiástica, bem como a diminuir em momentos pouco conflituos. Antes de iniciar esta pesquisa, partimos de uma hipótese amplamente aceita nos estudos sobre movimentos opostos: as mudanças na conjuntura política, como a eleição de um governo hostil ou amigável a certa causa, supõem oportunidades e limitações para a atuação dos lados contrários (Meyer, Staggenborg, 1996). No entanto, ao observar a correlação entre a frequência dos protestos opostos e a tensão do vínculo entre governo nacional e hierarquia eclesiástica, constatamos que, para analisar a conjuntura política como oportunidade ou limitação para a atuação dos lados contrários, era necessário atender a esse vínculo. Nesse sentido, consideramos que, em pesquisas similares realizadas em países onde a instituição religiosa exerce influência na política, torna-se necessário considerar os vínculos entre governo e Igreja ao analisar as oportunidades e limitações para a atuação dos lados opostos, especialmente quando as disputas envolvem questões de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMA, Amanda; LORENZO, Paula (2009). *Mujeres que se encuentran. Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005)*. Buenos Aires: Feminaria.
- ANDERSON, Cora Fernández (2020). *Fighting for abortion rights in Latin America: Social movements, state allies and institutions*. New York: London, Routledge.
- ARGENTINA (2002). Portal de Belén Asociación Civil sin fines de lucro c/Ministerio de Salud y Acción Social de la Nación s/Amparo, de 05/03/2002. Buenos Aires, Corte Suprema de Justicia de la Nación. <http://www.saij.gob.ar/descarga-archivo?guid=rstuvwfa-llos-comp-uest-002000003pdf&name=02000003.pdf> (acesso em: 21/12/2023).
- ARGENTINA (2009). La Presidenta anunció el otorgamiento de la asignación universal por hijo. Buenos Aires, Presidência da Nação, de 29/10/2009. <https://www.argentina.gob.ar/noticias/la-presidenta-anuncio-el-otorgamiento-de-la-asignacion-universal-por-hijo> (acesso em: 21/12/2023).

- BANASZAK, Lee Ann; ONDERCIN, Heather L (2016). Explaining the Dynamics between the Women's Movement and the Conservative Movement in the United States. *Social Forces*, v. 95, n. 1, p. 381-410. <https://doi.org/10.1093/sf/sow051>
- BLOFIELD, Merike (2008). Women's Choices in Comparative Perspective: Abortion Policies in Late Developing Catholic Countries. *Comparative Politics*, v. 40, n. 4, p. 399-419. <https://doi.org/10.5129/001041508X12911362383273>
- BORLAND, Elizabeth (2004). Cultural opportunities and tactical choice in the Argentine and Chilean reproductive rights movements. *Mobilization: an international quarterly*, v. 9, n. 3, p. 327-39. <https://doi.org/10.17813/maiq.9.3.h21v5383812780j5>
- BROWN, Josefina Leonor (2008). La cuestión del aborto en Argentina. Una mirada a partir de la prensa periódica". *Question*, v.1, n. 20, p. 1-7. <https://www.perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/688> (acceso em: 05/10/2022)
- CEA (*Conferencia Episcopal Argentina*). Documento del Episcopado: La Nación requiere gestos de grandeza. AICA, Buenos Aires, 06/06/2008.
- CLARÍN. Kirchner salió a cortar la polémica por la despenalización del aborto. *Clarín*, Buenos Aires, 27/11/2004a.
- CLARÍN. Highton evitó polémicas sobre el aborto y pasó la prueba del Senado. *Clarín*, Buenos Aires, 01/06/2004b.
- CLARÍN. Argibay defendió su postura sobre el aborto y se encamina a la Corte. *Clarín*, Buenos Aires, 24/06/2004c.
- CLARÍN. Macri se diferenció de Durán Barba sobre el aborto: "No representa mi pensamiento". *Clarín*, Buenos Aires, 20/11/2015.
- DORF, Michael C.; TARROW, Sidney (2014). Strange bedfellows: How an anticipatory countermovement brought same-sex marriage into the public arena. *Law & Social Inquiry*, v. 39, n. 2, p. 449-73. <https://doi.org/10.1111/lsi.12069>
- EARL, Jennifer et al (2004). The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action. *Annual Review of Sociology*, v. 30, p. 65-80. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.30.012703.110603>
- ELLIOTT, Thomas; EARL, Jennifer (2018). Online protest participation and the digital divide: Modeling the effect of the digital divide on online petition-signing. *New Media & Society*, v. 20, n. 2, p. 698-719. <https://doi.org/10.1177/1461444816669159>
- FETNER, Tina (2005). Ex-gay rhetoric and the politics of sexuality: the Christian antigay/pro-family movement's "truth in love" ad campaign. *Journal of Homosexuality*, v. 50, n. 1, p. 71-95. https://doi.org/10.1300/Jo82v50n01_04
- FETNER, Tina (2008). *How the religious right shaped lesbian and gay activism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- HERRERA-GUTIÉRREZ, María-Rosa (2012). Demanda colectiva y movilización ciudadana: un estudio de caso (Argentina 1998-2005). *Portularia*, v. 12, n. 2, p. 13-27. <https://doi.org/10.5218/prts.2012.0041>
- HTUN, Mala (2003). *Sex and the state: abortion, divorce, and the family under Latin American dictatorships and democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HTUN, Mala; WELDON, S. Laurel (2018). *The logics of gender justice: State action on women's rights around the world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- HUTTER, Swen (2014). "Protest event analysis and its offspring". In: DELLA PORTA, Donatella (ed.). *Methodological practices in social movement research*. Oxford: Oxford University Press, p. 335-67.
- IRIGARAY, Juan Ignacio. La Iglesia presenta a los Kirchner un plan para acabar con la indigencia infantil. *El Mundo*, Madrid, 26/10/2009.
- KOOPMANS, Ruud; RUCHT, Dieter (2002). "Protest event analysis". In: KLANDERMANS, Bert; STAGGENBORG, Suzanne (eds.). *Methods of social movement research*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, p. 231-59.
- LA NACIÓN. Bergoglio dice que la boda gay "es la pretensión destructiva del plan de Dios". *La Nación*, Buenos Aires, 08/07/2010.
- MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne (1996). Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. *American journal of sociology*, v. 101, n 6, p. 1628-60. <https://doi.org/10.1086/230869>
- MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne (2008). "Opposing movement strategies in US abortion politics". In: COY, Patrick G. (ed.). *Research in Social Movements, Conflicts and Change*. Leeds: Emerald Group Publishing Limited, p. 207-38.
- OLZAK, Susan (1989). Analysis of events in the study of collective action. *Annual review of sociology*, v. 15, p. 119-41. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.15.080189.001003>
- PISANI, Silvia. Cristina Kirchner: no soy progre, soy peronista. *La Nación*, Buenos Aires, 27/11/2003.
- STAGGENBORG, Suzanne. (1991), *The pro-choice movement: Organization and activism in the abortion conflict*. Oxford: Oxford University Press.
- TABBUSH, Constanza et al (2016). Matrimonio igualitario, identidad de género y disputas por el derecho al aborto en Argentina. La política sexual durante el kirchnerismo (2003-2015). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 22, p. 22-55. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.02.a>
- TARROW, Sidney G (2011). *Power in movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TILLY, Charles (2008). *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press.

- ZALD, Mayer N.; USEEM, Bert (1987). "Movement and countermovement interaction: Mobilization, tactics, and state involvement". In: ZALD, Mayer; MCCARTHY, John D. (eds). *Social Movements in an Organizational Society: Collected Essays*. New Brunswick: Transaction Publishers, p. 247-72.
- ZULETA, Ignacio. La trastienda del aborto, la Iglesia y la revolución impensada del macrismo. *Clarín*, Buenos Aires, 04/03/2018.